

PLE N° 230/2018

Programa 701 – Apoio à Administração Pública

Proponentes

Gabrielle Thuanny de Castro Araújo – instituição não informada / Pollyanna Iara Miranda Lima – instituição não informada / Diego Severino Rossi de Oliveira – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese (Belo Horizonte) / Roberta Sant'André – Educanto (Belo Horizonte) / Liliane Maria Barbosa da Silva Resende – Dieese (Belo Horizonte) / Fábio Proença de Carvalho – instituição não informada / Ana Flávia Mourão de Miranda – Instituto Equale (Belo Horizonte) / Alessandra Rodrigues Marx – Associação Mineira de Municípios – AMM (Belo Horizonte) / Rogério Dias dos Santos Júnior – instituição não informada / Airton Januário – Rede Ibero-Americana de Associações de Idosos do Brasil (Belo Horizonte) / Mônica Andrea Siebler Gomes – Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros Metropolitano – Sintram (Belo Horizonte) / Júnior José da Silva – instituição não informada / Christopher Guimarães Laguna – instituição não informada.

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: ____. Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=2018&n=230&t=PLE>. Acesso em: Acesso em: 29 de março de 2019.

Sugestões de intervenção

A PLE nº 230 sugeriu as seguintes alterações no Programa 701 – Apoio à Administração Pública:

- Ação 2086 Operacionalização das Ações do Consfundeb e CAE:
 - alteração da finalidade.
- Realização de concurso público do Departamento de Edificações e de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER-MG.

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: ____. Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: . Acesso em: 29 de março de 2019.

Resultados - Apreciação das sugestões de intervenção

Após análise pela Comissão de Participação Popular, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e pelo Plenário da ALMG, as sugestões foram ACOLHIDAS na forma de:

Emenda ao PPAG:

- Ação 2086 Operacionalização das ações do Consfundeb e CAE:
 - mudança de finalidade Para: INCENTIVAR E QUALIFICAR A ATUAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DO FUNDEB E DAR CONDIÇÕES AOS CONSELHOS ESTADUAIS PARA ACOMPANHAR E CONTROLAR A REPARTIÇÃO, TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB E DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, em acordo com seus respectivos planos de trabalho aprovados, BEM COMO PARA DAR PUBLICIDADE ÀS SUAS ATIVIDADES POR MEIO DA CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SÍTIOS ELETRÔNICOS.

· Requerimento:

Ao Departamento de Edificações e de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER-MG
–, pedindo providências para a realização de concurso público para o provimento de cargos de fiscal de trânsito e transporte na autarquia.

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: ____. Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: . Acesso em: 29 de março de 2019.

Respostas aos requerimentos encaminhados				
Nº PLE	N° RQN	Conteúdo dos requerimentos	Houve resposta até 31/08?	Síntese da resposta
230	11.798	Ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER-MG –, pedindo providências apara a realização de concurso público para o provimento de cargos de fiscal de trânsito e transporte na autarquia.	Não	

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: ____. Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/index.html>. Acesso em: 18 de out. de 2019.

Nota: nos termos da Constituição do Estado, a autoridade estadual que, em resposta a pedido escrito de informações encaminhado pela Assembleia Legislativa, se recusar a responder, não atender no prazo de 30 dias ou prestar falsa informação, pode ser responsabilizada. Cumpre observar que os pedidos de providências possuem natureza distinta dos de informações. Eles podem ser encaminhados a autoridade de outras esferas federativas e, até por isso, não há previsão legal da obrigação de que sejam respondidos.

Acesse o *site* <u>Políticas</u> <u>Públicas ao Seu Alcance</u> para saber mais sobre as políticas públicas de <u>Educação</u> e monitorar sua execução ao longo do ano.